

OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL¹

Emails:
josemarhenrique@gmail.com
ramsesnunes@gmail.com
sanderson.dorneles@gmail.com
m

Josemar Henrique de Melo, Ramsés Nunes e Silva, Sânderson Dorneles

Resumo

O objetivo geral deste artigo centra-se na realização de uma compilação sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, tendo em vista que o material sobre este tema se encontra fragmentado em diversas áreas de conhecimento e publicações, dificultando um entendimento global sobre o assunto. Neste sentido, a pesquisa que subsidiou a confecção deste artigo foi de cunho bibliográfico e documental, quanto à abordagem é um trabalho qualitativo, realizado em periódicos, dissertações, teses e livros de maneira interdisciplinar, não só da área específica da Arquivologia como também da História, pois a historiografia brasileira também trabalha com este mesmo tema. Conclui-se que, no que toca aos arquivos percebeu-se a manutenção do que a literatura da área demonstra sobre o descaso da maior parte dos estados e municípios com este importante ator da administração pública. Com relação à Arquivologia o desenvolvimento recente está ampliando o alcance, não só com a colocação de profissionais no mercado de trabalho, como também um crescimento muito importante nas pesquisas da área. Porém, apesar dos honrosos esforços realizados, ainda há partes dessa história a serem contadas, e também uma reunião dos momentos históricos de desenvolvimento dos Arquivos e da Arquivologia brasileira.

Palavras-chave: Arquivologia no Brasil. História dos Arquivos. História da Arquivologia.

Abstract

The objective of this article focuses on the realization of a compilation about the history of files and Archivology in Brazil, considering that the material on this subject is fragmented in several areas and publications, hampering a comprehensive understanding of the subject. In this sense, the research that supported the writing of this article was of bibliographic and qualitative nature, performed in journals and books in an interdisciplinary way, not only the specific area of Archivology but also

¹ Este trabalho está vinculado aos estudos do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, vinculado ao CNPQ. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3112819174718179>.

of history, considering that Brazilian historiography also works with this same theme. It concludes that despite the creditable efforts, there are still parts of this story to be told, and also a meeting of historic moments of development of the Archives and the Brazilian Archivology.

Keyword: Archivology in Brazil. Archive History. Archivology History.

INTRODUÇÃO

A Arquivologia brasileira está em um rápido processo de desenvolvimento, principalmente a partir do final da década de 80 do século passado. Podemos notar este desenvolvimento a partir de alguns aspectos, tais como: com a publicação de um artigo sobre a gestão documental na Constituição Federal de 1988, a criação da Lei de Arquivo nº 8.159 de 1991, conhecida como a lei dos arquivos, a ampliação dos concursos para arquivistas em todas as instâncias (federal, estadual e municipal), a ampliação do número de trabalhos de pós-graduação (dissertações e teses), o aumento de cursos de bacharelado na área e a criação de um curso de mestrado profissional. Porém, é necessário entender o percurso que o arquivo e a Arquivologia fizeram, desde o momento em que os arquivos surgem até o desenvolvimento dessa área do conhecimento. No caso do Brasil, inicia-se com a vinda do conquistador português nas terras de Vera Cruz, formando os primeiros conjuntos documentais do que se tornarão os arquivos do Estado brasileiro.

Podemos perceber que a história dos arquivos e a Arquivologia brasileira têm acompanhado, a partir da década de 1960, os desdobramentos internacionais e, atualmente, as discussões nacionais sobre a área têm demonstrado um amadurecimento da comunidade em detrimento do descaso às instituições arquivísticas que ainda continuam relegadas pela administração pública.

Este artigo, portanto, não tem a intenção de ser um compêndio final sobre esta profícua história, não apenas devido ao recorte cronológico a ser estudado e o pouco espaço disponível em um artigo. Mas, busca dar os primeiros passos a partir de revisão de literatura da área, da pesquisa documental, do levantamento de informações gerais sobre o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia. Outrossim, aponta as lacunas que ainda existem para uma construção, a mais completa possível, da história dessa área do conhecimento.

Ao realizarmos um levantamento bibliográfico sobre este tema percebemos um desenvolvimento maior de pesquisas, livros e artigos de periódicos voltados mais para a história recente da Arquivologia, muito bem estudada e apresentada por diversos autores. Podemos citar a título de curiosidade os trabalhos de Célia Costa, *O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade*. Este artigo foi derivado da tese de doutorado da autora sob o título “*Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*”, sendo este um trabalho de fôlego, que aproxima, de maneira interdisciplinar, a História e a Arquivologia, apresentando o percurso da formação da nacionalidade brasileira a partir do Arquivo Nacional. Outro trabalho que trata da formação da Arquivologia no Brasil é o livro *A Arquivologia Brasileira*, da arquivista e professora da Universidade de Brasília (UnB) Angélica Alves da Cunha Marques, que aponta o desenvolvimento da institucionalização da área, nomeadamente com o início da formação da

graduação, e das pesquisas realizadas nas pós-graduações sobre arquivos e Arquivologia. Nesse mesmo levantamento temos também o artigo de Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello, intitulado *A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012)*. Os autores fazem referência à história da Arquivologia, com um recorte mais ampliado que os trabalhos anteriores, indo do Império com a criação do Arquivo Nacional em 1838 à República, destacando principalmente o papel desta instituição para a estrutura arquivística do país.

Um exemplo da fragmentação da história dos arquivos e da Arquivologia pode ser observado na dissertação sobre a história do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de autoria de Augusto Moreno Maia, intitulada *A construção do curso de arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária*, defendida em 2006 no programa de pós-graduação em Educação. Este é apenas um trabalho específico sobre a história da Arquivologia que não seria possível encontrar se o levantamento realizado fosse apenas na área da Ciência da Informação.

Mais recentemente foi publicado pela Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro em coedição com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro o livro: *A História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*, trabalho elaborado por vários autores, trazendo nos seus capítulos um significativo material, abrangendo o desenvolvimento da evolução histórica do saber e o cenário arquivístico, o associativismo e a produção científica, essencialmente a partir do século XX.

Acerca do período colonial, porém, existem poucos textos relevantes atrelados ao tema. Podemos destacar a tese de doutoramento de um dos autores deste artigo, intitulada: *A Ideia de Arquivo: a Secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Nesse trabalho, são demonstrados o desenvolvimento e a estrutura de produção documental no período colonial, tendo como base a Secretaria de Governo de uma das capitanias do Brasil.

É importante destacar que em muitas dissertações, teses ou alguns livros, parte dessa história é contada para dar reforço ao objeto de estudo do respectivo trabalho. Contudo, faltamos uma compilação dessa história, uma reunião dos momentos históricos de desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia como estamos a propor aqui. Neste sentido, o nosso artigo se divide em três partes demarcadas pela divisão clássica da História do Brasil, acrescida, na última parte, de uma análise das alterações corridas nos arquivos e na Arquivologia com a utilização das tecnologias da informação, proporcionando o desenvolvimento dos documentos digitais e dos sistemas informatizados para os arquivos.

2 A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS ARQUIVOS: O BRASIL COLÔNIA

Compreender a formação dos arquivos no Brasil ou mesmo tentar construir a sua história passa, portanto e, necessariamente, por lançar um olhar sobre o chamado “período colonial”, momento em que a dinâmica da transição de um mundo tomado pelas relações sociais e políticas do medievo se encaminhava para outra funcionalidade, num pêndulo de transição que se verifica entre os séculos XIV e XVI (NOVAIS, 1997).

O corpo espacial geográfico, com as navegações do século XV e XVI, estendeu-se para além do continente europeu e tinha como ordem fulcral a informação que circulava a partir de documentos representativos das funções públicas ou privadas todas elas normativas a serviço

dos reis, da Igreja e das companhias de comércio enriquecidas com a conquista do *Novo Mundo*. Especialmente no trânsito para a última parte do século XVI, quando no afã da posse efetiva da terra, as potências do Velho Mundo passaram a requerer maior controle sobre “suas terras”. Ali também foram formatadas novas e imprescindíveis instrumentalidades para a escrituração nas terras conquistadas e profícua circulação documental. Assim, como nos alerta Alencastro (2000, p. 22), “editam-se leis tolhendo liberdades dos colonos e submetendo-os a governadores encarregados de lembrar urbi et orbi o sentido da colonização”.

As mediações realizadas entre o corpo político-administrativo instaurado por Portugal nas suas possessões ultramarinas eram realizadas a partir do conjunto documental, tendo em vista que os arquivos eram/são produtos das funções e atividades administrativas. Desta forma, as instituições coloniais produziam os documentos a partir das estruturas estabelecidas pela metrópole sobre sua colônia.

E é só após levar em conta esse arcabouço que se torna possível “ler”, as informações contidas nesses acervos, pois em sua maioria os investigadores se utilizam apenas das informações que possuem os documentos de arquivo, “desprezando [...] a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos, resultando num déficit heurístico e hermenêutico” (SUBTIL, 1998, p. 105), assim como a possibilidade de inquirir o *lugar social*, na esfera do que nos aponta Certeau (2000, p. 20-34) dos emissores e receptores dos meandros documentais da colônia.

Entre os séculos XVI e XVIII, cabia a cada uma das autoridades metropolitanas na colônia (governo, ouvidoria, provedoria, bispado, Câmaras, exército, Igreja etc.) e seus escrevães manterem e organizarem os seus cartórios, os quais por sua vez formavam sistemas de informações interligados, mas distintos. Para o governo das capitanias essa tarefa competia aos Secretários do Governo. Tendo-se em consideração às necessidades jurídico-administrativas, era indispensável tanto para a metrópole quanto para as instâncias de poder na colônia, não só o despacho dos vários assuntos, como também a manutenção e organização dos seus ‘arquivos’, existindo normatizações régias para a organização e o armazenamento dos documentos oficiais produzidos (MELO, 2006).

Boa parte dessas relações, tecidas no corpo das convergências jurídicas e patrimonialistas, apresentadas pela irrisória população existente na *terra brasilis*, até o século XVII, preocupada com a melhor forma de assegurar suas posses, ou expandi-las pelas vias do casamento e da parentela “aliada” (SILVA, Ana Maria, 1998). Fluxo de demandas que se apresentaram, para além dos centros de poder colonial, essas pequenas unidades espalhadas geograficamente também produziram documentação, a ser arquivada junto aos pequenos “espaços arquivísticos”, nas vilas e cidades do litoral e do interior da colônia.

Instrumentalidade levada a cabo pelos “funcionários” das câmaras, nas vilas e cidades, conforme se apresentam as fontes seiscentistas. Segundo argumenta Ana Maria Silva (1998, p. 33), “verdadeira nobreza da administração colonial, que encarava a governação do Brasil como uma mera etapa da sua carreira [...]”.

Ali onde estavam os representantes da coroa e seus instrumentos administrativos, nas primeiras décadas da colonização, era diminuta essa espécie de “funcionalismo colonial” e obscura a escrituração de testamentos, doações, nomeações e exposição de contas públicas. Aspecto destacado a partir da constatação de que permanecem poucos os documentos do período conservados, como destaca Ana Maria Silva (1998).

De qualquer forma, à guisa de reflexão, nos primeiros anos da colonização, assim como

no Império, outra grande instituição, vinculada ao Estado colonizado foi a Igreja. Pedra basilar também nos trâmites arquivísticos, a se apresentar como *instituição guardiã* de uma parte da documentação e das disposições administrativas que o funcionamento do Padroado acabou permitindo.

O Padroado, aliás, a representar um sistema de convergência entre as ações do Estado monárquico português e os interesses da Sé romana, tanto de reconhecimento da Igreja Católica como instituição oficial do Estado, quanto do uso dos agentes clericais como parte considerável do braço administrativo português, inclusive com a previsão de imbricamentos entre as representações da Igreja e do Estado. Desta forma, o Padroado era o dispositivo a possibilitar uma característica ímpar da relação administrativa:

[...] diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos no que se referia, por exemplo, ao pagamento dos dízimos e de outros subsídios às paróquias. Isso faz com que os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornem complemento importante às fontes de informação arquivísticas de origem civil. (SANTOS, C., 2005, p. 107).

Entre elas, para pensarmos as consequências diretas da presença clerical na América portuguesa, a circulação e normatização de informação sobre os trâmites civis, importantes naquela sociedade agrária, a demandar o reconhecimento de posses, dotes, doações e heranças, parte deles a incluir registros de nascimento, batismo, casamento e óbitos, como documentação comum, a circular e a ser resguardada nos espaços da Igreja. Todos, instrumentos que acabavam como suportes para regulação do Estado junto à sociedade, parte considerável deles, mediada pela Igreja a partir de agentes clericais, tutores em suas paróquias de documentação civil local. Também legitimação da colonização, escriturada e arquivada pelos padres, fossem jesuítas ou padres seculares.

No âmbito do universo normativo e arquivístico católico seiscentista, é importante destacar que:

se expressa já uma verdadeira política arquivística, pois nestes se dispõe que os arquivistas tenham um livro ordenado e foliado em que registem todos os instrumentos e demais escrituras que ingressem no arquivo; fala-se já dos inventários dos documentos; da obrigação que têm todos os organismos oficiais de depositar os seus documentos nos arquivos; do local do arquivo, que deve ser seguro; da conservação perfeita dos documentos, em benefício de todos os súbditos do Estado Eclesiástico. (ABREU, 2000, p. 140).

Quiçá minimamente instalados naqueles tempos de missionarismo catequético, tanto nos espaços episcopais, como em futuros mosteiros, ordens religiosas e asilos a serem fundados, espaços onde estavam documentos sob a tutela clerical. De qualquer forma, nas casas paroquiais, ou dado lugar em que se desse a presença clerical, ali se apresentaria a “permissão estatal” dada a instituição religiosa católica de produzir, encaminhar e resguardar documentação que dizia respeito à esfera da administração portuguesa ou de foro interno, inclusive também aquela que era de atribuição inquisitorial.

Uma gama significativa desses poderes investidos era destinada aos registros

paroquiais, livros de tomo das igrejas e registros patrimoniais dispostos junto aos senhores de engenho, fidalgos e suas respectivas parentelas.

Da mesma forma os que se destinassem à reserva da ação missionária de catequese, como foram dispostos muitos deles, junto às bibliotecas da ordem jesuítica, em plena guerra contrarreformista, mas também entre beneditinos, capuchinhos, franciscanos, entre outras congregações.

Os arquivos formados, tanto de um lado quanto do outro do Atlântico, pelas diversas autoridades aqui destacadas, possuem uma riqueza de documentos escritos, mapas, plantas, descrições corográficas e ambientais entre outros, que são as matérias-primas para as pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento.

Essa correspondência, ou trâmite documental, existente entre os dois polos do sistema colonial pode também ser definida como o processo de produção e recepção dos documentos, que formou de uma maneira esquemática, duas estruturas documentais básicas: os documentos avulsos e os documentos registrados.

No primeiro caso se enquadravam os documentos que transitavam do Reino para as colônias, das colônias para o Reino e entre as diversas autoridades, seja na Metrópole, seja nas colônias.

Já os registros, que são, em sua maioria, cópias integrais dos documentos avulsos lançadas em livros específicos, ficavam nos respectivos cartórios dando subsídio aos processos político-jurídico-administrativos e facultavam as cópias no caso de extravios dos documentos avulsos.

Essas idas e vindas dos documentos coadunam-se com a própria linguagem utilizada nos Tribunais e Conselhos régios onde “subiam” para assinatura ou “baixavam” assinadas ou para pedido de novas informações.

No caso do trâmite entre a Metrópole e a Colônia esse caminho administrativo dependia também da velocidade e segurança com que as naus e demais embarcações transitavam no Atlântico, originando, muitas vezes, um longo percurso entre o súdito e o rei e vice-versa.

No que toca à tramitação desses documentos, Bellotto (2008) classifica-os como vertical e horizontal:

[...] a circulação dos documentos [...] terá diferentes direções segundo se trate dos que descem do rei e das autoridades metropolitanas; ou dos que vão dos súditos às instâncias superiores; outros têm a circulação horizontal, uma vez que acontecem entre as autoridades do mesmo nível. (BELLOTTO, 2008, p. 27).

Essa tramitação também ocorre de maneira mais reduzida dentro da própria colônia: “documentos que ‘baixam’ das autoridades delegadas aos súditos e documentos que ‘sobem’ destes até as autoridades locais” (BELLOTTO, 2008), ocorrendo da mesma forma na Metrópole. Tendo por base os estudos feitos pelo espanhol Joaquín Real-Díaz sobre “documentos indianos”, Bellotto (2008, p. 26) destaca ainda que:

Os documentos luso-brasileiros dispositivos podem ser expedidos em Portugal (pelo Rei, Conselho Ultramarino, Secretários do Estado, Tribunais, Desembargo do Paço) ou podem ser expedidos no Brasil (por capitães

gerais, pelas Relações da Bahia e do Rio de Janeiro, câmaras, etc.); já os peticionários e os testemunhais/comprobatórios partirão, praticamente em sua maioria dos súditos ou de autoridades menores, dirigindo-se aos seus superiores. (BELLOTTO, 2008, p. 27).

Tal como em outros quaisquer tribunais na Metrópole ou autoridades na colônia, os registros faziam parte da própria orientação burocrática dessas instituições, como elemento integrante da organização dos seus papéis, não só assinalando em livros próprios as decisões político-administrativas, como também facilitando a pesquisa e a busca nos acervos dessas mesmas informações.

Denota-se daí a existência de instrumentos de acesso à informação que tinham como finalidade facilitar o controle sobre as informações tais como: os inventários, os alfabetos ou índices, além dos próprios registros.

Assim, os diversos arquivos criados na produção e tramitação das mais diversificadas tipologias documentais produzidas e recebidas entre várias autoridades entre a colônia (provedorias, ouvidorias, bispados e governos locais) e a metrópole (principalmente através do Conselho Ultramarino) deram origem a uma rede com vários polos de enorme sistema informacional gerados nessa intercomunicação.

Neste sentido, cada capitania deveria ter na sua atual configuração de Estado a documentação referente ao seu período colonial, depositada nos atuais arquivos públicos estaduais, em alguns arquivos das câmaras municipais ou mesmo no Arquivo Nacional.

3 O INÍCIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: O ARQUIVO PÚBLICO DO IMPÉRIO

A estruturação do Brasil como um país independente em 7 de setembro de 1822 trouxe consigo nos anos subseqüentes a necessidade de construção da identidade nacional. Nada mais forte para marcar essa construção do que a criação do Arquivo Nacional, proposta pela Constituição de 1824. Porém, só foi estruturado no ano de 1838, portanto, em pleno período da Regência e após a abdicação de Pedro I. O Arquivo Público do Império e que mais tarde será chamado de Arquivo Nacional foi criado, portanto, como um dos instrumentos de viabilização do iniciante *Estado Nacional* para fundamentação de uma *identidade brasileira*, e criação de uma *nacionalidade homogeneizante*, nos mesmos moldes em que já havia ocorrido em países da Europa.

Também era necessário dispor de um sentido de *unicidade nacional*, imprescindível no momento de crise representado pelas rebeliões provinciais da regência, muitas a contestarem o centralismo monárquico, outras a reivindicarem liberdade provincial e, quiçá, independência política. Um corpo documental e memorialístico nacional, gestado pela monarquia ajudaria a reforçar uma *brasilidade cristalizada* na órbita da monarquia. Célia Costa (2000) pontua que:

[...] inspirados no modelo francês de arquivos e convencidos da necessidade do documento como prova empírica para desenvolver uma “história científica”, começam a pressionar os arquivos de Estado para abrirem suas portas à pesquisa histórica. Assiste-se então ao surgimento de vários arquivos nacionais, entre eles o da Inglaterra, em 1838. No Brasil, o Arquivo Público

do Império também foi fundado em 1838, no momento de afirmação da independência do país. (COSTA, C., 2000, p. 2).

É importante destacar que nesse período a concepção de lastro nacionalista fundamentou a necessidade de criar instituições como os arquivos nacionais com função de reunir e guardar os documentos comprobatórios desse Estado².

Desta forma, a preocupação com a preservação de documentos que respaldassem a formação de uma história nacional forjada com bases materiais, em personagens e lugares identificados com ela, permitiu a constituição das instituições de memória (MAIA, 2006).

Neste sentido, o recém-criado Arquivo do Império toma como referência, na sua organização, alguns elementos das instituições similares na Europa, principalmente o Arquivo Nacional francês. Neste ponto, podemos notar, de acordo com o seu Regulamento, que a estrutura interna para classificação dos documentos sob sua guarda estava dividida em três seções: legislativa, administrativa e histórica, duas a menos que a do congêneres francês. No que se refere à organização dos documentos nas seções em que foram divididas o Regimento do Arquivo Público do Império define no seu artigo 9º que “o arranjo particular de todos os papéis mencionados que se archivarem nas seções, fica a cargo do director do archivo, segundo plano que adotar, com aprovação do Ministro e Secretário d’Estado dos negócios do Império” (sic).

Destarte, Costa (2000) aponta a fundação do Arquivo Público do Império como um fator integrante no desenvolvimento daquele período no sentido de equipar a nação com uma agência voltada para o desenvolvimento cultural, para a preservação da memória nacional em gestação e para a construção da história do país, e tem como principal meta inserir o Brasil no rol das *nações civilizadas*.

Porém, mesmo vinculado a mais importante secretaria do Império (dos Negócios) a fragilidade política da instituição fazia-se notar claramente pela falta de prestígio de seus dirigentes, pela inexpressiva presença na estrutura administrativa do Estado, pela precariedade de suas instalações e principalmente pela falta de orçamento próprio que lhe garantisse alguma autonomia, problemas que até hoje enfrentam a maioria dos arquivos públicos estaduais, inclusive o próprio Arquivo Nacional. Ao lado dessa precariedade há uma competição desigual com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituído no mesmo período, tendo como modelo seu congêneres francês.

O IHGB congregava a elite econômica e literária brasileira e também recolhia documentos referentes à construção da história do Brasil, mas que, ao contrário do Arquivo Público, recebia apoio do próprio imperador, que foi convidado a ser o “protetor” da instituição, tendo participado e presidido efetivamente inúmeras reuniões dessa confraria. Nesse sentido:

[...] O IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para este país tão recente [...] a meta dessa instituição que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria ‘fundação da nacionalidade’. (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

² A influência do Positivismo viria na transição entre Império e República como base de argumentação na qual o progresso viria com o ordenamento do processo civilizatório brasileiro nos moldes eurocêntricos.

Uma das atividades do Arquivo Nacional foi a de recolher documentos que reverberassem a história nacional. Assim, vale ressaltar, de acordo com as palavras do cronista pernambucano Pereira da Costa (1965), o Arquivo Nacional por aviso do ministério do império passou em muitas províncias no sentido de:

[...] coligir os documentos concernentes à história do país existentes nas bibliotecas e nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas das províncias, a fim de serem recolhidos ao Arquivo Público do Império [...] não veio a Pernambuco em desempenho de sua missão. (COSTA, F., 1965, p. 260).

Podemos, portanto, observar que o Arquivo Público do Império passou sua primeira fase com a função estrita de conservar os documentos num sentido custodiador, subsidiando empiricamente tanto a escrita da história quanto a ação dos políticos e administradores do Império.

Registre-se ainda nesse período a preocupação dos diretores sobre a capacitação para os funcionários da instituição com aulas de Diplomática e paleografia:

[...] uma portaria (2 de março de 1874) determina que os funcionários do Arquivo deveriam ter conhecimento da leitura de manuscritos antigos, de Geografia, Cronologia e História (especialmente do Brasil) e da tradução de Língua Inglesa para a nacional. (MARQUES, 2013, p. 166).

A inquietação com a formação/capacitação dos servidores prolongou-se até o século seguinte. Tais iniciativas são de importância fulcral para os primeiros cursos de arquivo promovidos pela instituição a partir dos projetos apresentados na década de 50 pelo então diretor José Honório Rodrigues e que serão a base para os currículos do primeiro curso universitário de Arquivologia.

No que toca às províncias, é também no final do século XIX que são criados vários arquivos provinciais como, por exemplo, do Paraná (1855), Bahia (1890), Pará (1894), São Paulo (1892), Minas Gerais (1895) e Mato Grosso (1896). Outros arquivos públicos foram criados a partir do século XX como é o caso do Rio Grande do Sul (1906), Espírito Santo (1908), Rio de Janeiro (1931), Pernambuco (1945). Vale ressaltar, que a criação destas órgãos inicia-se com a institucionalização de setores de arquivo geral dos governos dos estados.

4 ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL REPÚBLICA

A partir da República, o Brasil tencionava aos novos *ares da modernidade*, porém essa só virá efetivamente para o Arquivo Nacional, após a Revolução de 30 e principalmente no final da década de 50, com a administração do Arquivo Nacional pelo historiador José Honório Rodrigues ao implantar uma reforma que mudou efetivamente a forma de se trabalhar nos arquivos brasileiros, sendo a base para a formação dos futuros profissionais arquivistas.

Podemos dividir essa fase da história republicana dos arquivos e da Arquivologia brasileira em três momentos distintos: 1) formação dos aspectos administrativos mais formais a

partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); 2) a modernização e reestruturação do Arquivo Nacional sob a presidência de José Honório Rodrigues a partir da década de 50 e 3) o estabelecimento da normatização a partir da Constituição de 1988 e a decretação da Lei Federal nº 8.159, de 1991, conhecida como a lei de Arquivo.

As reformas ocorridas após a Revolução de 1930 não se deram apenas nos aspectos políticos, mas, o novo grupo que assumia o poder, quebrando as velhas oligarquias da República do café com leite, trouxe uma modernização administrativa para o Estado brasileiro. Como pontua Paulo Roberto Santos (2014), as mudanças tinham como fundamento organizar e reformar a máquina administrativa com base no sistema de mérito, principalmente com a institucionalização de concursos públicos para preenchimento das vagas para o serviço público.

Nesse aspecto, os serviços de biblioteca e arquivos foram igualmente contemplados, como as áreas de Administração, Economia e Engenharia. A regulamentação de cursos específicos, a realização de concursos e o encaminhamento de profissionais para estudarem no exterior foram algumas das medidas implementadas. (SANTOS, P., 2014, p. 21).

Esses primeiros passos foram fundamentais para formatar o corpo técnico da instituição, que deu força para as transformações ocorridas a partir do final da década de 1950 com a gestão de José Honório Rodrigues frente ao Arquivo Nacional. Para tais transformações foram necessárias visitas de profissionais de renome internacional³ como o francês Henri Boullier de Branche e o americano Theodore Schellenberg. Com a vinda destes foi possível sedimentar os cursos técnicos já desenvolvidos e principalmente o incremento de uma bibliografia com a tradução de obras internacionais trazidas pelos visitantes e que possibilitou, nos anos seguintes, a construção de títulos totalmente nacionais, como foi o caso dos livros de Marilena Leite Paes e Heloísa Liberalli Bellotto⁴.

O amadurecimento do Arquivo Nacional e do corpo técnico da instituição no decorrer da gestão de José Honório Rodrigues permitiu a formatação, nos finais da década de 1970, do primeiro curso para formação de arquivistas em uma instituição universitária, sendo criado em 1977 na atual UNIRIO.

Segundo Richter et al. (1997) a criação desse primeiro curso e dos demais que surgiram têm a gênese no ano de 1972 com o Parecer nº 212 do Conselho Federal de Educação (CFE) que autorizou a criação de cursos superiores. Ainda no ano de 1977 foi criado o Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no estado do Rio Grande do Sul, reconhecido por meio do Decreto nº 68.805/81 do CFE.

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação, Richter et al. (1997) pontuam que:

³ Desde 1944 o Arquivo Nacional tem trazido profissionais estrangeiros para ministrar palestras, cursos, efetuar cooperações técnicas ou mesmo trocas de informações necessárias aos trabalhos da instituição e que deixaram diversas contribuições para a Arquivologia nacional (MARQUES, 2013).

⁴ Respectivamente as primeiras edições das autoras citadas no texto foram 1986 e 1991, sendo até hoje bibliografias referenciais muito utilizadas, não só para formação, como também para os certames públicos para o cargo de arquivista.

A partir dos anos oitenta, houve a organização dos cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) em algumas universidades brasileiras, ampliando as possibilidades de formação profissional. No entanto de acordo com a legislação Arquivística nacional, ao especialista em arquivos não é facultado o exercício da profissão de arquivista. (RICHTER et al., 1997, p. 30).

Ainda sobre a formação de arquivistas no país, vale ressaltar que as criações dos cursos de Arquivologia tiveram forte influência da tradição arquivística europeia, onde a ênfase era dada para os arquivos permanentes. Contudo, com o advento do desenvolvimento industrial e tecnológico e o conseqüente crescimento da produção documental, atualmente os cursos priorizam a gestão de documentos (RICHTER et al., 1997).

Outro fator de importante destaque para a Arquivologia nessa mesma década, mais precisamente em 20 de outubro de 1971, foi a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e, em seguida, ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivos (CBA), em 1972, iniciando um profícuo trabalho de debate, difusão das pesquisas e estudos, bem como a apresentação de boas práticas nessa área do conhecimento.

Os esforços iniciados nas décadas anteriores ganharam a sua coroação com o estabelecimento na Constituição de 1988 de parágrafo exclusivo sobre a importância dos arquivos e da gestão de documentos, conceito recente, mas de extrema necessidade que se afirmava na teoria arquivística. Outro passo importante na seara legislativa foi a promulgação, em 1991, da Lei Federal nº 8.159, como destaca Jardim (2014, p. 143): “É possível que esse ‘ciclo renovador’ da Arquivologia no Brasil, nos anos 1980, tenha-se encerrado, ou no mínimo, adquirido novos contornos, a partir da aprovação dessa lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”. Esse percurso está marcado ainda pela formação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que tem como uma das suas funções estabelecer a política nacional de arquivos públicos e privados.

Não podemos finalizar esta pequena análise sem discorrer sobre as publicações da área tais como *Acervo e Arquivo & Administração*, que apoiaram o desenvolvimento e ampliação das discussões sobre os arquivos, a metodologia e as pesquisas arquivísticas para um maior: todos os interessados em Arquivologia no Brasil. Atualmente o número de periódicos aumentou e os artigos específicos da área também podem ser lidos em revistas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, História etc.

Ao contrário do avanço que ocorreu na Arquivologia nos últimos anos, a situação dos arquivos públicos principalmente os estaduais continua preocupante, como destaca o trabalho de Medeiros e Souza (2014). De acordo com os autores ainda há muito descaso, havendo ainda, em pleno século XXI, dois estados brasileiros sem arquivos públicos. A maioria dos arquivos públicos está subordinada às Secretarias estaduais de cultura, o que demonstra a perpetuação de uma perspectiva patrimonialista e que pontua também, segundo os autores, “pouca visibilidade associada à função de depósito de documentos”.

5 ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL NO SÉCULO XXI

No decorrer dessa linha de tempo dos arquivos e Arquivologia no Brasil, o início deste século é marcado pelo uso intensificado e massificado das tecnologias da informação e, por conseguinte, das informações produzidas e armazenadas em ambiente digital, seja pela

digitalização, seja pela produção de documentos nato-digitais. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) e as novas formas de produzir, disseminar e recuperar o conhecimento revolucionaram os processos de produção e acumulação de documentos. A internet por sua vez encurtou as noções de tempo e espaço, agilizando de maneira eficaz a forma de transmitir e armazenar documentos.

Diante desse contexto, cabe aos arquivistas – profissionais da organização de documentos com informações orgânicas – conciliar suas práticas tradicionais de produção, classificação, avaliação, aquisição, conservação, descrição e difusão com o trato das informações digitais oriundas das potencialidades das tecnologias da informação e comunicação.

Além disso, pesquisadores começaram a rever as teorias que fundamentavam a área, propondo novas abordagens. Assim, autores portugueses como Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, na obra *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação* (1999) consideram que a Arquivística atravessava um período saudável de debate a respeito do seu próprio objeto, sendo a noção de arquivo confrontada com problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias e, igualmente, com um maior desejo informativo por parte das administrações e também por parte dos usuários.

Diante de tal reflexão os autores trazem uma profícua contribuição a respeito da quebra de paradigma da Arquivística como ciência meramente instrumental ou técnica, propondo um novo patamar, uma mudança do primado do fazer pelo do conhecer. Trouxeram a perspectiva sistêmica para a Arquivologia e conjugaram os arquivos como um sistema (semi) fechado (orgânico-funcional) de informação.

Dessa forma Armando Silva et al. (1999, p. 214) definem a Arquivística como uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação semifechados, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente). Neste sentido, a condição sistêmica dos arquivos pressupõe não apenas combinações intrínsecas, mas também uma articulação com outros sistemas dos campos político-econômico, jurídico-administrativo, cultural etc.

Ao lado deste trabalho de revisão temos também os estudos apresentados pelos canadenses Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau. Sobre essa concepção, Armando Silva et al. (1999, p. 155) dizem que a concepção integrada do objeto da Arquivística tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente ao ser encarado o Arquivo como um sistema de informação específico e coerente. O fato de a importância da gestão documental ser realçada no âmbito da administração corrente constitui um fator decisivo para facilitar toda a cadeia de operações de organização, triagem e descrição de documentos, seja qual for a sua idade.

Com isso, transcreve-se a visão de Rousseau e Couture (1998):

A visão global e integrada dos arquivos, da arquivística contemporânea e do papel do arquivista constitui uma premissa onipresente. Assim, os arquivistas são apresentados como os profissionais da gestão de arquivos, sendo os arquivos definidos como o conjunto dos documentos, pouco importando a sua idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o seu valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho) que contém informação orgânica, isto é, informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou jurídica. Quanto à

arquivística, esta é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como **a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação**. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Portanto, as funções arquivísticas definidas por Rousseau e Couture constituem os fundamentos basilares do fazer arquivístico a fim de promover gestão documental para as entidades, sejam elas de pessoas físicas e/ou jurídicas, que produzem e acumulam informações de diversos valores (administrativo, financeiro, probatório, legal, informativo e histórico) que interessam à sociedade e constituem as memórias individuais e coletivas.

No Brasil estão a se desenvolver de maneira crescente estudos sobre o tratamento de documentos digitais, desde a sua produção, gestão e principalmente a preservação dos documentos nesse novo ambiente. A grande contribuição tem sido desenvolvida pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos com a produção e publicação de orientações técnicas a respeito de gestão e preservação de documentos digitais, bem como dissertações e teses sobre os mais variados temas dos arquivos digitais, como segurança, digitalização, metadados, interoperabilidade entre outros.

O ambiente digital proporcionou alterações conceituais na Arquivologia e ampliou o campo de atuação dos arquivistas que também passaram a serem responsáveis pelos processamentos técnicos de documentos digitais, juntamente com profissionais da tecnologia da informação.

Neste sentido, a Diplomática, uma área antiga com nova roupagem, tem trazido uma enorme contribuição para o entendimento do documento digital nas suas características arquivísticas, essencialmente, no que se refere à manutenção da autenticidade para o ambiente digital.

No tocante à formação dos arquivistas, há uma discussão sobre harmonização das grades curriculares dos cursos de Arquivologia no país. Para isso, novos fóruns de debates foram recentemente criados, como o da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), que irá para sua quinta edição, sendo essencial para o desenvolvimento e apresentação das pesquisas que ocorrem na área e atualização da formação arquivística.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória que mediatiza historicamente a formação de um fundo documental nos diversos espaços arquivísticos, ao longo da história brasileira, ainda oferece espaço de reflexão. Muitos deles lacunares, particularmente pela possibilidade de inquirirmos de forma efetiva um *tempo longo*, que se apresenta como chave para observações sobre as esferas de informação que circularam e circulam no país.

Ao mesmo tempo, o longo percurso em que as massas documentais se apresentaram a serem produzidas por protagonistas distintos, administrações distintas e regimes políticos diferentes, induz-nos a requerer uma atenção específica para a esfera da Arquivologia. Especialmente por ser essa uma seara científica, a tecer dispositivos investigativos, no âmbito de sua própria afirmação e trajetória históricas.

Não obstante, ao inquirirmos os complexos percursos históricos, percebe-se daí que os arquivos e a Arquivologia brasileira fizeram um enorme avanço, principalmente nas últimas décadas, firmando-se mais institucionalmente e ampliando as pesquisas e discussões sobre temas relevantes para o desenvolvimento da área. Ao observar o mapa nacional temos cursos de Arquivologia em todas as cinco regiões e cada um desses cursos está proporcionando debates, regionais e nacionais, sobre os arquivos e a Arquivologia. Porém, o caminho ainda é árduo.

Destarte, apontamos a necessidade de continuidade das pesquisas e formatação de cursos de pós-graduação em Arquivologia. Observamos na história dos arquivos *hiatos de pesquisa*, essencialmente sobre os acervos coloniais dos estados brasileiros, parte inicial de uma mínima aproximação com os meandros do passado colonial, aspecto em si de importância cabal na configuração do campo investigativo.

Torna-se da mesma forma importante a atenção a ser dada ao fortalecimento dos arquivos públicos, que são os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas, à medida que os mesmos são lançados ao descaso com a ausência desses espaços nos municípios e em alguns estados da federação. Arquivos públicos, afinal, vistos e tratados em todo o território nacional, enquanto espaços administrativos que ratificam condições e posições subalternas nas estruturas orgânicas, e que aprofundam desde a falta de verbas próprias, pessoal qualificado, até as condições de funcionamento certamente precárias, nunca representativas dos discursos e das gestões públicas, ao longo do tempo, em que pesem os sistemas políticos, por sua manutenção e importância, configurando um lapso contraditório que não justifica seu esquecimento no cômputo da administração do Estado e na configuração dos arquivos e da Arquivologia como esferas convergentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Paulo Leite de. A Igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983, In: FONTES, Paulo F.O.; ROSA, Maria Lurdes. **Arquivística e Arquivos religiosos**: Contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de história religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 76-96.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: APEJE; Secretaria do Interior e Justiça, 1965. v. 9.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, Lima, v. 06, n. 21, p. 44-56, 2012.

JARDIM, José Maria. O Cenário Arquivístico Brasileiro nos anos 80. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTO, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?** 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia Brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

_____; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

MEDEIROS, José Mauro Gouveia de; SOUZA, Katia Isabelli de Bethania Melo de. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014.

MELO, Josemar Henrique de. **A Ideia de Arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)**. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, 2006.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia Letras, 1997.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer et al. **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Salamanca: Nova Enciclopédia, 1998.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2005.

_____. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração Pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTO, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Maria Nizza. **História da família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1999.

SUBTIL, J. M. **O Desembargo do Paço**. Tese (Doutorado) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.